



Acervo Memorial Innocência Serradella Corrêa



RELATÓRIO DE GESTÃO 2013-2014

Belém - Pará

CORPO DELIBERATIVO

PRESIDENTE:

Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Junior

VICE-PRESIDENTE:

Conselheiro Luis da Cunha Teixeira

CORREGEDOR:

Conselheiro André Teixeira Dias

MEMBROS:

Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves

(Coordenador de Sistematização e Consolidação de Jurisprudência)

Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira

(Coordenadora de Tecnologia da Informação)

Conselheiro Ivan Barbosa da Cunha

(Coordenador de Assistência Social)

Conselheiro Odilon Inácio Teixeira

(Ouvidor)



SUMÁRIO

EDITORIAL	11
O TRIBUNAL DE CONTAS	12
COMPOSIÇÃO E IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	13
IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	14
MENSAGEM DO PRESIDENTE	15
PROGRAMA DE TRABALHO	17
PROCESSOS INTERNOS	18
Seletividade e Tempestividade	20
Atuar seletivamente no passivo processual	20
Atuar de forma tempestiva em áreas de maior significância	20
Eficiência	23
Aprimorar processos de trabalho	23
Interação com o ambiente externo	25
Atuar em parceria com outras instituições públicas	25
Aprimorar ações orientadoras	25
Transparência	26
Divulgar de forma clara e acessível os resultados da gestão pública estadual a partir das ações de controle	26
Intensificar a comunicação com a sociedade	26
Facilitar o exercício do controle social	28

PESSOAS E INOVAÇÃO	28
Gestão de Pessoas	28
Alinhar as Práticas de Gestão de Pessoas à Estratégia Organizacional	28
Atrair, Desenvolver e Reter Competências	28
Planejamento e Gestão Estratégica	30
Fortalecer cultura de planejamento orientada a resultados	30
ORÇAMENTO E LOGÍSTICA	30
Gestão Administrativa	30
Adequar a estrutura logística	30
Tecnologia da Informação	33
Ampliar o uso da TI	33
TCE EM NÚMEROS	34
Gestão de Processos	34
Gestão Financeira	40
Controle Interno	41

EDITORIAL

Muito se tem discutido sobre “**O Novo Tribunal de Contas**” fruto da evolução pela qual precisam passar as Cortes de Contas, de órgãos tradicionais de controle contábil a órgãos de vanguarda de controle econômico-financeiro no Estado Democrático de Direito, passando a ter a função de controlar a legitimidade e a economicidade da gestão financeira, incluindo a aplicação das subvenções e a renúncia de receitas. (vide Art. 70 da Constituição Federal). Em suma, precisamos nos preparar para acompanhar a evolução histórica dos órgãos de contas que precisam deixar de ser apenas órgãos do Estado para serem também órgãos da sociedade no Estado, pois a ela devem servir diretamente como canal do controle social.

Este Relatório reúne não apenas as ações do segundo período em que o Conselheiro Cipriano Sabino esteve à frente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, mas demonstra a preocupação da Gestão e Membros do Tribunal em tomar as medidas necessárias para a sua transformação em um “**Novo Tribunal de Contas**” acompanhando a tendência que vem ocorrendo nos Estados Democráticos de Direito.

Neste sentido é que os leitores verão a realização de ações previstas no Plano de Gestão que objetivavam contemplar tanto o aperfeiçoamento das atividades do Tribunal (ambiente interno) quanto o fortalecimento da gestão pública (ambiente externo).

Era preciso continuar o processo de “preparar a casa”, iniciado nas gestões anteriores, para o surgimento desse “Novo Tribunal”. Buscou-se novas maneiras de administrar: identificar e reter talentos, redefinir estruturas, sistemas e processos de trabalho, estabelecer novas práticas de gestão e acima de tudo transformar a cultura organizacional. As expressões inovação e modernização nortearam a estratégia de planejamento dessa Gestão.

Ao identificarmos onde estamos e definirmos onde queremos chegar tornamos o caminhar um processo possível desde que realizado em conjunto por todos os que fazem a instituição Tribunal de Contas do Estado do Pará, e uma das maiores características dessa gestão foi agregar a todos, Conselheiros e servidores em torno da estratégia construída para o cumprimento de sua missão e o alcance de sua visão de futuro.

Aproveitem a leitura!

O TRIBUNAL DE CONTAS

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, criado em 1947, teve suas competências definidas no art. 35 da Constituição Estadual de 1947 - o julgamento das contas dos responsáveis por dinheiro e outros bens públicos, inclusive Prefeitos do interior do Estado.

A Constituição do Estado do Pará, promulgada em 1989, em seu o artigo 116 determina que o controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete dentre outras atribuições, elaborar e apreciar parecer prévio sobre as contas de governo, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos, assim como as concessões de aposentadorias, transferências para reserva, reformas e pensão, apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e dos procedimentos licitatórios, contratos, convênios, ajustes ou termos congêneres.

O Tribunal desempenha sua função por meio da realização de inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, de respostas a consultas sobre questões relativas à matéria sujeita à sua fiscalização e de apuração de denúncias ou representações sobre supostas irregularidades cometidas no âmbito da administração pública do Estado.

O TCE/PA tem jurisdição própria e privativa em todo o território estadual, a qual abrange, entre outros: toda pessoa física e jurídica, que utilize, arrecade, guarde, gerencie bens e valores públicos estaduais; aqueles que causarem perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário; e os responsáveis pela aplicação de recursos repassados pelo Estado mediante convênio ou instrumento similar.



COMPOSIÇÃO E IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

COMPOSIÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Pará é integrado pelo **Tribunal Pleno**, órgão colegiado, composto por sete Conselheiros, nomeados pelo Governador do Estado e escolhidos de acordo com a forma prevista na Constituição Estadual, **Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria, Auditoria, Serviços Auxiliares, Escola de Contas e Ouvidoria**. Conta também com a participação de representante do Ministério Público de Contas em suas sessões ordinárias.

À **Presidência** cabem as funções inerentes à direção da Casa e aos **Gabinetes dos Conselheiros** as competências relativas ao planejamento, acompanhamento e revisão técnica das auditorias, inspeções e exames de contas, e às informações e procedimentos para o processo decisório dos colegiados.

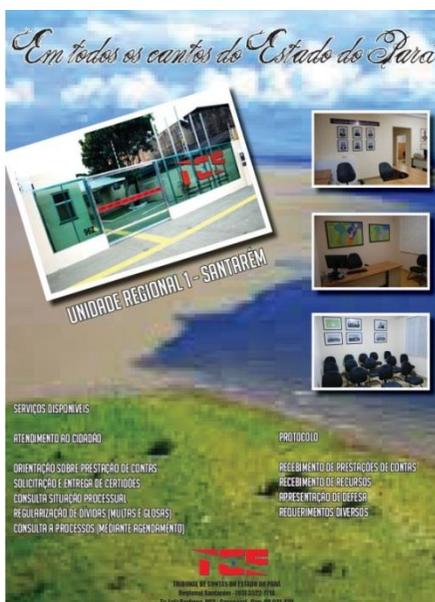
Os **Serviços Auxiliares** compreendem um conjunto de unidades de trabalho que tem por finalidade desempenhar atividades de apoio, assessoramento e gestão necessárias ao pleno exercício das competências do Tribunal.

Na atividade de Gestão os Serviços Auxiliares contam com a **Secretaria Geral, Secretaria de Controle Externo, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Administração** e com as **Representações**.

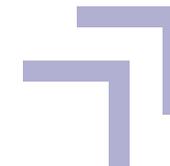
A **Secretaria Geral** tem como missão o controle e a execução das atividades relativas ao trâmite de processos e ao fluxo de documentos e informações.

À **Secretaria de Controle Externo**, composta por dez controladorias, cabe a execução das fiscalizações da utilização dos recursos públicos estaduais, além de outras atividades relativas ao aperfeiçoamento dos processos de trabalho.

Dando suporte a esses setores, compõem ainda os Serviços Auxiliares as Unidades de assessoramento: **Procuradoria, Secretaria de Controle Interno e Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica** e as Unidades de apoio: **Gabinetes da Presidência, da Vice-Presidência, da Corregedoria, dos Conselheiros e dos Auditores**.



IDENTIDADE ORGANIZACIONAL



NEGÓCIO	<i>Controle externo da administração pública e da gestão de recursos públicos estaduais.</i>
MISSÃO	<i>Exercer o controle externo em benefício da sociedade, orientando, acompanhando e fiscalizando a efetiva e regular gestão dos recursos públicos estaduais.</i>
VISÃO	<i>Ser reconhecido como instituição de excelência no controle externo e no aperfeiçoamento da gestão pública estadual.</i>
VALORES	<i>Profissionalismo, Ética, Independência, Justiça, Efetividade, Sustentabilidade e Transparência.</i>

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Sempre acreditei que podemos realizar mudanças. Podemos contribuir para que as coisas tenham rumos diferentes na vida pública, no dia a dia das pessoas.

Após esse produtivo período em que estive à frente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, adquiri conhecimentos valiosos que só aumentaram minha crença de que, reunindo planejamento estratégico, vontade política e comprometimento de uma equipe, você pode realizar ações que, de uma forma concreta vão influenciar a vida das pessoas.

O sentimento que hoje me acompanha é o de que, se o Poder público e as forças políticas tiverem determinação, podemos mudar a realidade da gestão pública neste país.

Ao encerrar a minha segunda gestão na Presidência dessa Corte de Contas o que vejo é um Tribunal de Contas bem mais moderno e eficiente, fruto, sem dúvida nenhuma, das pessoas, das atitudes, do amadurecimento da implementação do planejamento estratégico, do compromisso político do colegiado e dos funcionários.

As conquistas alcançadas superaram minhas expectativas, que já eram elevadas, quanto o que poderia ser minha contribuição como Presidente dessa Corte de Contas, o que pode ser constatado nos objetivos e ações definidas nos meus dois Planos de Gestão. No entanto, vejo que superamos a intenção inicial, seja pela ousadia de implementar, com simplicidade, as mudanças estruturais necessárias para o Projeto de modernização da Instituição, aí incluídos a nova **Lei Orgânica**, o novo **Regimento Interno**, o novo **Regulamento dos Serviços Auxiliares**, o **Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração**, **Regulamento da Ouvidoria**, a implantação de duas **Unidades Regionais** - Oeste do Pará (Santarém) e Sul do Pará (Marabá), **Regimento Interno da Escola de Contas**, **nova distribuição dos Jurisdicionados pelos Conselheiros** de acordo com as **áreas de gestão do Governo Estadual**, **a construção do ANEXO IV** e a realização de dois **concursos públicos**, para Auditores e Técnicos, seja pelas ações implementadas para aumentar a eficácia e eficiência dos trabalhos desta Corte de Contas.



Desta forma, acredito que hoje o Tribunal encontra-se aparelhado e pronto para saltos maiores no seu processo de modernização podendo agora acelerar o aprimoramento de seus processos de trabalho, iniciado pela implementação da nova metodologia de fiscalização bem como tomar as medidas necessárias para a normatização dos procedimentos complementares às normas já regulamentadas.

As Cortes de Contas precisam ser eficazes instrumentos democráticos de moralização da gestão dos recursos públicos, por isso nosso compromisso de bem servir à sociedade mediante combate, incansável, à ilegalidade, corrupção e desperdício de dinheiro público, garantindo pari passu a defesa da efetividade das normas constitucionais, tendo sempre em vista a melhor aplicação pelo Estado dos dinheiros dos contribuintes. Encerro agradecendo à minha família o apoio incondicional que sempre me deu ao longo de minha caminhada e a Deus que sempre me abençoou guiando os meus passos e me ajudando a desempenhar com responsabilidade e justiça a missão de estar à frente desta Corte de Contas.

Conselheiro Cipriano Sabino
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará

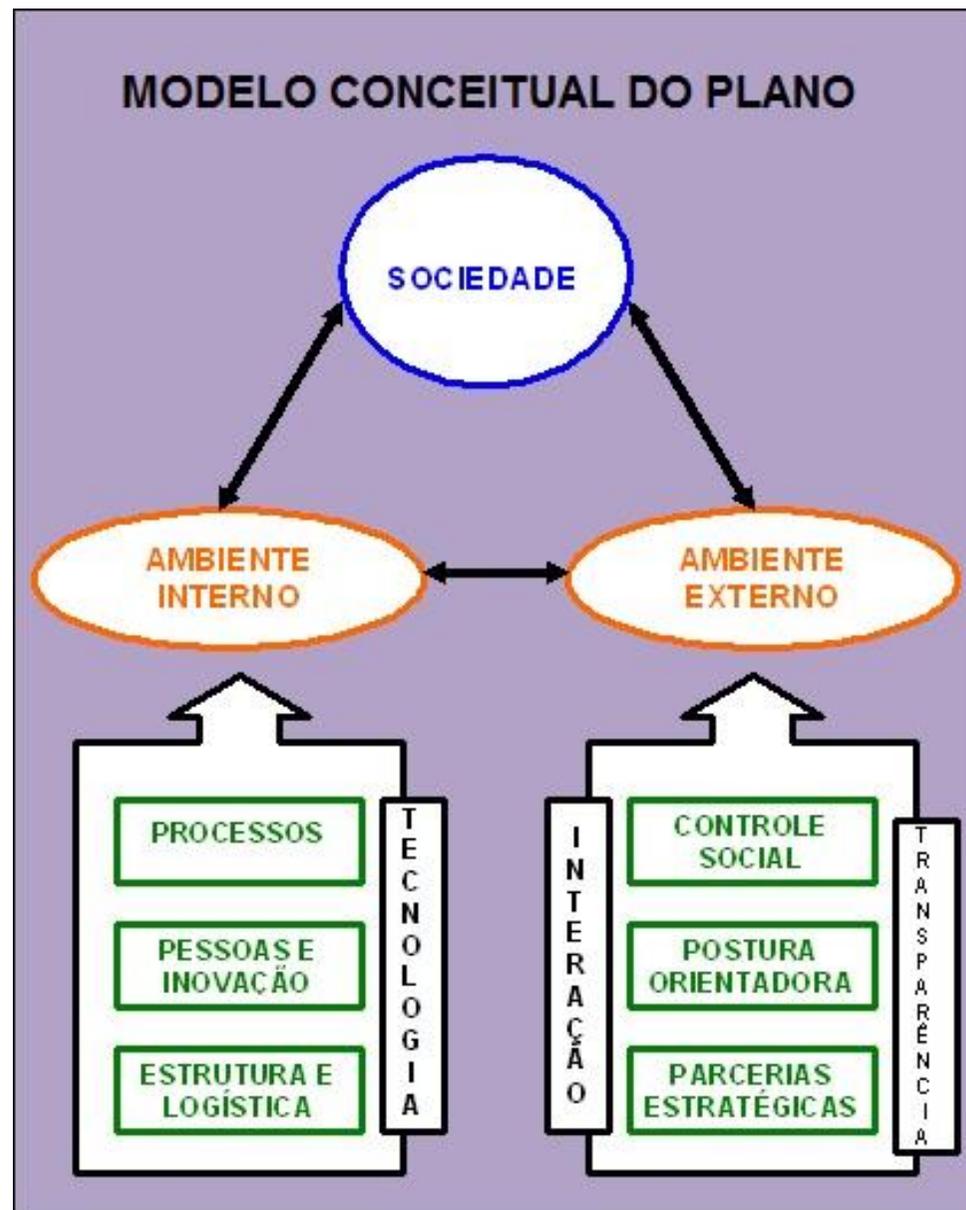
PROGRAMA DE TRABALHO

O Programa de Trabalho contido no Plano de Gestão 2013-2014 desta Corte de Contas contempla as diretrizes, objetivos, iniciativas e ações prioritizadas pela Gestão dentre as definidas no Plano Estratégico 2012-2015, do Tribunal, bem como as ações desdobradas em atividades, responsáveis, colaboradores, produtos metas e prazos.

No processo de elaboração do Plano de Gestão utilizou-se a metodologia denominada de **Gerenciamento pelas Diretrizes (GPD)** para traduzir em metas de gestão a estratégia (conjunto de ações necessárias ao cumprimento da missão institucional e ao alcance da visão de futuro da organização) definida no Plano Estratégico.

Para sua elaboração foram escolhidas dentre as diretrizes (objetivos + indicador + iniciativa) que compõem o PE aquelas que serão prioritizadas pela gestão para o período do seu mandato.

Finalmente, foram definidas pelas unidades básicas dos serviços auxiliares as **ações** ou **projetos** necessários à implementação das iniciativas selecionadas, com suas **atividades**, **unidade responsável**, **colaboradores**, **meta**, **produto** e **prazos de execução**.



Elaborado com base no Modelo Conceitual a seguir demonstrado, o Plano de Gestão procurou contemplar tanto o aperfeiçoamento das atividades do Tribunal (ambiente interno) como o fortalecimento de sua interação com o ambiente externo que ao se inter relacionarem fortalecem a sociedade, objetivo maior de qualquer instituição pública.

O modelo conceitual se baseia na premissa de que as constantes demandas da sociedade impulsionam o Tribunal a atuar no seu ambiente interno por meio de ações que minimizem seus pontos fracos e fortaleçam seus pontos fortes bem como no seu ambiente externo no sentido de reduzir o impacto das ameaças e melhor aproveitar as oportunidades. O resultado dessas intervenções do Tribunal tanto no seu ambiente interno quanto no externo retornam em forma de melhores serviços prestados à sociedade em um inter relacionamento gerador de crescimento contínuo.

Neste sentido, objetivando o aprimoramento do **ambiente interno**, o Programa de Trabalho dessa Gestão foi estruturado em três **perspectivas: processos, pessoas e inovação e estrutura e logística**, sempre considerando que o avanço nestas áreas está diretamente relacionado ao uso eficiente e eficaz da tecnologia da informação.

No âmbito de seu **ambiente externo**, o Programa de Trabalho dessa Gestão foi estruturado em três **grandes áreas: controle social, postura orientadora e parcerias estratégicas** objetivando uma maior **transparência** de seus atos e intensificar sua **interação com a sociedade**.

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Dentro da perspectiva Processos Internos esta gestão priorizou a consecução de 8 objetivos agrupados nos Temas **Eficiência, Seletividade e Tempestividade, Transparência e Interação com o Ambiente Externo**.

Eficiência

- Alinhar a estrutura legal e normative à estratégia organizacional
- Aprimorar processos de trabalho

Seletividade e Tempestividade

- Atuar seletivamente no passivo processual
- Atuar de forma tempestiva em áreas de maior significância

Transparência

- Divulgar de forma clara e acessível os resultados da gestão pública estadual a partir das ações de controle.
- Intensificar a comunicação com a sociedade
- Facilitar o exercício do controle social

Interação com o ambiente externo

- Atuar em parceria com outras instituições públicas
- Aprimorar ações orientadoras

MAPA ESTRATÉGICO DO TCE-PA

Missão: Exercer o controle externo em benefício da sociedade, orientando, acompanhando e fiscalizando a efetiva e regular gestão dos recursos públicos estaduais.

Visão: Ser reconhecido pela sociedade como instituição de excelência no controle externo e no aperfeiçoamento da gestão pública estadual.

RESULTADOS

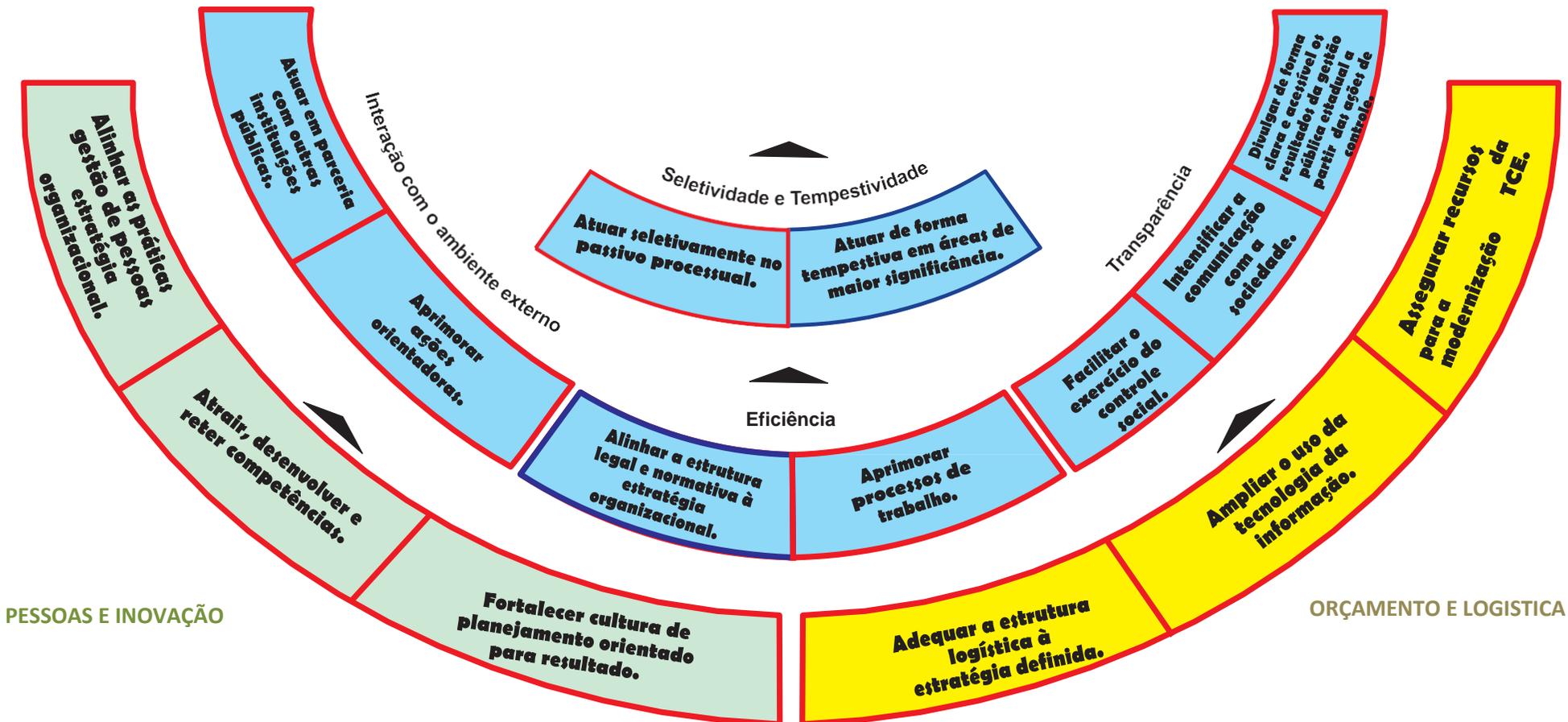
Condenar os responsáveis pela má gestão dos recursos com efetividade e tempestividade.

Contribuir para o aprimoramento da gestão pública.

Combater a corrupção, a fraude e o desvio de recursos.

Estimular a transparência da gestão pública.

PROCESSO INTERNOS



AÇÕES DESENVOLVIDAS

Tema Estratégico: SELETIVIDADE E TEMPESTIVIDADE

Objetivo Estratégico: Atuar seletivamente no passivo processual.

Iniciativa : Desenvolvimento de mecanismos de seletividade.

Adoção de critérios de seletividade para redução de passivo processual: Foi adotado um critério de seletividade referente a novos procedimentos de instrução processual simplificada para processos de prestação e tomada de contas de convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos jurídicos congêneres, instituído pela Resolução nº 18.529 aprovada pelo Plenário em 07/11/2013 e publicada em 12.11.2103.

Objetivo Estratégico: Atuar de forma tempestiva em áreas de maior significância.

Iniciativa : Definição de mecanismo de seletividade e tempestividade.

Realizar AOP na área de meio ambiente: Foi realizada Auditoria Operacional nas Unidades de Conservação e Proteção Integral, de responsabilidade da Secretaria Executiva de Meio Ambiente, com o objetivo de propor medidas para o fortalecimento das Unidades de Conservação Estaduais, de acordo com as normas ambientais e assegurando a preservação da biodiversidade. Foi apreciada consoante Resolução nº 18.521, de 08 de outubro de 2013.



Foi também realizada AOP nas **Unidades de Conservação Estadual do Bioma Amazônia** sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), com o objetivo de avaliar a existência de condições normativas, institucionais e operacionais que propiciem as unidades no Estado do Pará atingirem os objetivos para os quais foram criadas, bem como identificar seus gargalos e oportunidades de melhoria. Resolução nº 18.570 de 15/04/2014.

Vale ressaltar ainda a realização de Auditoria Operacional em ações de governo na área de Educação com o objetivo de identificar os principais problemas que afetam a qualidade e a cobertura do Ensino Médio no Estado do Pará, avaliar ações governamentais e propor oportunidades de melhorias. Resolução nº. 18.571, de 15 de abril de 2014.

Assim como, a realização da Auditoria Operacional na Função Saúde, sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA), com a finalidade de identificar os principais problemas que afetam a qualidade da cadeia de serviços de Atenção Básica oferecidos em Unidades Básicas de Saúde (UBS), independentemente dos programas implementados em cada unidade avaliada, com foco na resolutividade, no acesso, no atendimento e na estrutura, bem como avaliar as ações governamentais que procuram eliminar ou mitigar suas causas.

Realização de monitoramento de Auditoria Operacional:

Realizado monitoramento para verificar o grau de implementação das ações constantes no Plano de Ação apresentado pela Secretaria de Estado de Saúde Pública do Estado, em atendimento às recomendações do Tribunal constantes da Resolução nº 7.840/2010 - TCE/PA, referente à Auditoria de Natureza Operacional realizada nas ações de Estratégia Saúde da Família – ESF, Processo nº 2009/52761-7.

Disseminação da AOP nas Controladorias de Gestão:

Objetivando disseminar as Auditorias Operacionais nas Controladorias de Gestão foi realizado curso sobre auditoria operacional no período de 21 à 25.10.2013, com a participação de 25 servidores da Secretaria de Controle Externo e definido os servidores para participar da auditoria nas políticas públicas “desenvolvimento econômico e incentivo à produção”.

Como resultante de Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o TCU, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e o Instituto Rui Barbosa, foram realizadas sob a coordenação do TCU, as Auditorias Operacionais do Meio Ambiente – BIOMA AMAZÔNIA, com Relatoria da Conselheira Lourdes Lima sob a responsabilidade da 4ª CCG e da EDUCAÇÃO DO ENSINO MÉDIO com Relatoria do Conselheiro Luis Cunha e sob a responsabilidade da 5ª CCG. As AOPS foram concluídas, originando as decisões, Resoluções nº 18.570 e 18.571, ambas de 15/04/2014. Está previsto para 2015 o monitoramento dessas Auditorias.

Vale ressaltar que, ainda de acordo com a proposta de disseminação dessa Metodologia, foram previstas no Plano Anual de Fiscalização - PAF 2014 a realização de outras Auditorias Operacionais.



Tema Estratégico: EFICIÊNCIA

Objetivo Estratégico: Aprimorar processos de trabalho.

Iniciativa: Redesenho dos processos de trabalho.

Implementação da nova Metodologia de Fiscalização mediante realização de Auditorias Piloto:

Objetivando a implementação da **nova Metodologia de Fiscalização** foram realizadas, pela Secretaria de Controle Externo, 03 (três) auditorias Piloto (HEMOPA, POLICIA CIVIL e PARATUR); emitidos os Relatórios das Auditorias e propostos ajustes no sistema de fiscalização. Elaborada proposta de realização de auditorias no Plano Anual de Fiscalização – PAF 2014 com uso da nova metodologia (disseminação do método).

Ampliação do uso da nova Metodologia de Fiscalização nas Controladorias de Gestão:

Foram realizadas 5 (cinco) auditorias, (HEMOPA, IMEP, FUNTELPA e duas na JUCEPA). com a utilização do SGA – Sistema de Gerenciamento de Auditorias, onde está contemplada a nova metodologia de fiscalização e iniciadas mais 7 (sete) na SEFA, IGEPREV, FINANPREV, FCG, NGTM, HRS e CBM.

Implantação do Núcleo de Informações Estratégicas para o Controle Externo:

Foi implantada a Coordenadoria de Informações Estratégicas para o Controle Externo com inclusão de suas competências no Regulamento de Serviços Auxiliares aprovada pelo Pleno do Tribunal pelo Ato nº69/2014 em 24 de junho.

Realização de diagnóstico sobre a Pesca no Estado:

Realizado o estudo pela equipe da Auditoria Operacional e o material coletado e analisado foi utilizado para subsidiar o Tema desenvolvido na abordagem realizada pelo Conselheiro Relator Cipriano Sabino nas Contas Governamentais do Exercício de 2012.

Ampliação do estudo sobre a acessibilidade em poderes e órgãos da administração pública:

Realizada auditoria de acessibilidade na Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, Secretaria de Estado de Assistência Social, Defensoria Pública, IGEPREV e IASEP.

Implantação da reestruturação do Departamento de Controle Externo:

Foi implementada a Secretaria de Controle Externo de acordo como novo Regulamento de Serviços Auxiliares aprovada pelo Ato nº 69/2014 do Pleno. A área de controle externo do Tribunal foi reestruturada com base na nova distribuição processual constante na Resolução nº18.409/2013.



Realização do estudo sobre o cumprimento da Lei de Transparência e Lei de Acesso à informação

Elaborada Minuta de Resolução contendo Instrução Normativa sobre Rol de Responsáveis; elaboração de Minuta de Resolução contendo Instrução Normativa sobre o Acesso à Informação e

aplicação da Lei Federal nº12.527/2011; elaboração de Minuta de Resolução contendo Instrução Normativa definindo os documentos que devem compor a Prestação de Contas dos Órgãos da Administração Pública Estadual submetidas a julgamento nesta Corte de Contas.

Tema Estratégico: INTERAÇÃO COM O AMBIENTE EXTERNO

Objetivo Estratégico: Atuar em parceria com outras instituições públicas.

Iniciativa : Desenvolvimento de ações de interação com instituições públicas.

Realização de evento com a ALEPA de intercâmbio de informações e procedimentos adotados pelo TCE:

Em abril de 2014 foi realizado o III Encontro Anual TCE/ALEPA.

Celebração de Termos de Cooperação Técnica com instituições públicas:

Celebrados Termos de Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas da União TCU, Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil ATRICON, Instituto Rui Barbosa - IRB, Universidade Federal do Pará – UFPA, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Tribunal de Justiça do Pará - TJ/PA, Conselho Nacional de Justiça e Organização Latino Americana e do Caribe das Entidades Fiscalizadoras Superiores – OLACEFS.

Objetivo Estratégico: Aprimorar Ações Orientadoras.

Iniciativa : Programa “TCE de Portas Abertas”.

Realização de seminários, fóruns, encontros e simpósios envolvendo jurisdicionados:

Foram realizados 07 eventos, sendo:1(um) Ciclo de Aperfeiçoamento da Gestão Pública, 2(dois) Encontros Conversando com o Controle Interno e Jurisdicionados (Interiorização do TCE), em Marabá e Breves, 1(um) Fórum TCE e Jurisdicionados e 2(dois) Encontros do Programa de Interiorização, em Santarém e Marabá e o Evento Diálogo com o Terceiro Setor.



Elaboração e implementação Plano de Capacitação dos Jurisdicionados:

Elaborado e implementado o Plano de capacitação dos Jurisdicionados desde janeiro de 2013.

Tema Estratégico: TRANSPARÊNCIA

Objetivo Estratégico: Divulgar de forma clara e acessível os resultados da gestão pública estadual a partir das ações de controle.

Iniciativa : Programa “Transparência e Cidadania”.

Divulgação dos resultados das Auditorias Operacionais:

Realizada divulgação das auditorias operacionais de Meio Ambiente e Saneamento por meio da produção e distribuição de folders.

Elaboração de Manual de Acórdãos e Resoluções:

Foram elaborados manuais contendo os modelos de Acórdãos e Resoluções, bem como modelos de ofícios padronizados e não previstos inicialmente nesta ação, com as adequações aos dispositivos da nova Lei Orgânica e Regimento Interno.

Atualização da Coletânea de Jurisprudência do TCE/PA:

Publicada a 3ª edição da Coletânea de Jurisprudência do TCE/PA.

Objetivo Estratégico: Intensificar a comunicação com a sociedade.

Iniciativa : Desenvolvimento da política de comunicação do TCE.

Implementação da política de comunicação do TCE:

A política de Comunicação do TCE foi aprovada por meio da Resolução nº18.640 de 04.11.2014.

ACESSE O PORTAL DO TCE E EXERÇA O CONTROLE SOCIAL
www.tce.pa.gov.br

Serviços Disponíveis no Portal do TCE-PA

- Consulta de Processos ✓
- Pautas e Atas ✓
- Solicitação de Certidão Negativa ✓
- Transmissão das Sessões ✓
- Contas Regulares ✓
- Regularização das Dívidas ✓
- Fale Conosco ✓

SERVIÇOS

- TRANSMISSÃO DAS SESSÕES
- CONSULTA DE PROCESSOS
- PAUTAS E ATAS
- SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA
- CONTAS IREGULARES
- REGULARIZAÇÃO DAS DÍVIDAS
- FALE CONOSCO

ACESSE TAMBÉM NAS REDES SOCIAIS

- Instagram: TCEPA
- Twitter: TCEPDIGITAL
- Facebook: TCEPDIGITAL

TCE
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
www.tce.pa.gov.br

Publicação e divulgação na internet e na imprensa local da pauta de julgamentos do TCE/PA:

A pauta e o resultado dos julgamentos do TCE/PA vêm sendo divulgados no Portal do Tribunal e disponibilizadas aos periódicos como: O Liberal, Diário do Pará, Amazônia e Jornal Popular, além de serem encaminhados para Rádios e Rede de televisão locais.

Divulgação e fomento das ações preventivas – pedagógicas:

Divulgados 7 (sete) eventos, sendo 4 (quatro) em 2013 – Ciclo de Aperfeiçoamento da Gestão Pública, Fórum TCE e Jurisdicionados e Encontros Conversando com o Controle Interno e Jurisdicionados em Marabá e Breves e 3(três) em 2014 – Encontros do Programa de Interiorização em Santarém e Marabá e Seminário junto ao evento Diálogo com o Terceiro Setor.



Coordenação e veiculação do programa de TV “É da Sua Conta Pará”:

Foram veiculados 50(cinquenta) edições do Programa “É da sua Conta Pará”, sendo 30 inéditas e 20 reprises.

Produção e Edição de periódicos:

Foram produzidos e editados 12(doze) jornais “É da Sua Conta Pará”, sendo 06 (seis) edições em 2013 e 06(seis) em 2014.

Criação da revista semestral do TCE/PA:

Foi criada a Revista “Serzedello” com a primeira edição em janeiro de 2015.

Objetivo Estratégico: Facilitar o exercício do controle social.

Iniciativa : Programa “Educação Cidadã”.

Executar Projeto TCE Cidadão:

A execução do projeto concluiu sua 1ª etapa com o atendimento de 1.543 (um mil quinhentos e quarenta e três) pessoas entre alunos, docentes e gestores de 20 Unidades SEDUC – USES, que agregam 110 escolas estaduais.

Tema Estratégico: PESSOAS E INOVAÇÃO

Objetivo Estratégico : Alinhar as práticas de gestão de pessoas à estratégia organizacional

Iniciativa : Consolidação das práticas de gestão de pessoas por competência.

Avaliação do Estágio Probatório:

Foi implantado o sistema SGP- Módulo Estágio Probatório e todas as avaliações referentes ao estágio estão sendo realizadas on-line.

Realização de Pesquisa de Clima Organizacional:

Foi aplicada pesquisa em 22 de agosto de 2014 e seus resultados apresentados aos servidores em setembro de 2014.

Objetivo Estratégico : Atrair, Desenvolver e Reter Competências.

Iniciativa: Programa “Valorização e Desenvolvimento de



Competências”.

Elaboração do Plano de Educação Corporativa do corpo funcional:

Elaborado o Plano de Educação Corporativa e aprovado por meio da Resolução nº 18.657, de 16.12.2014.

Implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração:

O Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração foi aprovado pela Lei nº 8.037, de 05.09.2014 e iniciado sua implementação em dezembro de 2014.

Implementação do Plano de Educação Corporativa do corpo funcional:

Iniciada a implementação do Plano por meio de eventos educacionais realizados pela própria Escola de Contas Alberto Veloso ou contratados entre os ofertados no mercado, tendo atingido aproximadamente 757 (setecentos e cinquenta e sete) participações até dezembro de 2014.

Normatização da Política de Remuneração do corpo docente da ECAV:

A Política de Remuneração do corpo docente da Escola de Contas Alberto Veloso foi aprovada por meio da Portaria nº 28.743, de 08.08.2014.

Implementar o Projeto Pedagógico Institucional (PPI):

O Projeto Pedagógico Institucional da Escola de Contas Alberto Veloso foi aprovado por meio da Resolução nº 18.657, de 16.12.2014.



Objetivo Estratégico: Fortalecer cultura de planejamento orientada a resultados.

Iniciativa: Consolidar o Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica.

Realização de pesquisa de imagem do TCE/PA:

Foram realizadas duas pesquisa de imagem em 2014.

Tema Estratégico: ORÇAMENTO E LOGÍSTICA

Objetivo Estratégico: Adequar a estrutura logística à estratégia definida.

Iniciativa: Suporte logístico às iniciativas estratégicas.

Elaboração de nova proposta para a estrutura e atribuições dos Serviços Auxiliares do TCE/PA (Regulamento de Serviços Auxiliares – RSA):

Novo Regulamento de Serviços Auxiliares foi aprovado pelo Pleno por meio do Ato nº 69, de 28.11.2013.

Elaboração de proposta de ato normativo para definição da estrutura e atribuições da Escola de Contas Alberto Veloso:

Proposta distribuída no Plenário em 28.11.2013 e aprovada pelo Tribunal Pleno em 08.04.2014, por meio do Ato nº 67/2014.

Construção do Anexo VI:

Obra do Prédio Benedito Nunes concluída em março de 2014 e inaugurada em 04.06.2014.



Reforma e Adaptação no Prédio da Escola de Contas para implantação da Divisão de informação e documentação (DID):

Obra concluída em junho de 2014.

Reforma e adaptação de sala no Anexo II do Prédio do TCE para Implantação de uma Controladoria de Gestão:

Obra concluída em julho de 2014, com a instalação da 7ª Controladoria de Gestão.

Elaboração de proposta de ato normativo para regulamentação do funcionamento da Ouvidoria:

Proposta aprovada pelo Pleno em 08.04.2014 por meio do Ato nº 68/2014.

Implantação da Representação do TCE/PA na Região do baixo-amazonas (Santarém), Região do Carajás (Marabá), Região de Caeté (Bragança) e Região do Marajó (Breves):

Foram implantadas, em 2014, as Representações de Santarém e Marabá, por meio das Resoluções nº 18.531/2013 e 18.631/2014, com objetivo de uma maior aproximação com a sociedade, assim como facilitar o acesso dos jurisdicionados aos serviços desenvolvidos pelo TCE-PA. Em maio de 2014 e janeiro de 2015 foram inauguradas as respectivas Respresentações.



Representação do TCE/PA - Região do Carajás - Marabá



Representação do TCE/PA - na Região do Baixo-Amazonas - Santarém

Objetivo Estratégico: Ampliar o uso da tecnologia da informação.

Iniciativa: Desenvolvimento de Sistemas de informação.

Desenvolvimento de Portal do TCE unificando Internet e Intranet:

Foi implementado novo Portal com a unificação da internet e intranet.

Sistema de Gestão de Pessoas - Desenvolvimento do Modulo de Exames Preventivos:

O Módulo de Exames Preventivos foi desenvolvido e encontra-se em utilização.

Sistema de Gestão de Pessoas - Desenvolvimento do Modulo de Controle do estágio probatório:

Módulo desenvolvido e implantado.

Iniciativa: Ampliação da infraestrutura de TI.

Modernização e Ampliação do Parque Tecnológico:

Foram adquiridos os equipamentos abaixo relacionados para substituição dos que se encontram obsoletos e ampliação do parque:
18 (dezoito) Switchs, placa mãe para servidor IBM X3500, 145 estações de trabalho, 15 notebooks DELL, 1 (uma) unidade de backup robotizada.

TCE EM NÚMEROS

Gestão de Processos

Foram apreciados e julgados 4.879 (quatro mil, oitocentos e setenta e nove) processos no biênio 2013-2014, em 161 (cento e sessenta e um) sessões plenárias ordinárias, sendo 78 (setenta e oito) em 2013 e 83 (oitenta e três) em 2014, cujas decisões foram formalizadas em 2.774 (dois mil setecentos e setenta e quatro) Acórdãos e 254 (duzentos e cinquenta e quatro) Resoluções, incluindo as de matéria administrativa. Foram ainda formalizados 07 (sete) Atos conforme Regimento Interno do Tribunal.

SESSÕES REALIZADAS

Ano	Ordinárias	Extraordinárias	Solenes
2013	78	03	04
2014	83	02	02
TOTAL	161	05	06

No biênio ocorreram 05 (cinco) sessões extraordinárias, dentre estas 03 (três) convocadas pela Corregedoria, nas quais foram julgados 72 (setenta e dois) processos, tendo sido conclusos 70 (setenta).

PROCESSOS APRECIADOS

ACÓRDÃOS

ASSUNTO	PROCESSO	%
Admissão de Pessoal /Registro	942	25
Aposentadoria	474	12
Denúncia / Representação	23	1
Inspeção Extraordinária / Auditoria	3	0
Obrigações Comuns / Geral	159	4
Pensão	134	4
Prejulgado	2	0
Prestação de Contas / Convênio	1.276	33
Recursos	314	8
Reforma	32	1
Tomada de Contas	438	12
TOTAL	3.797	100

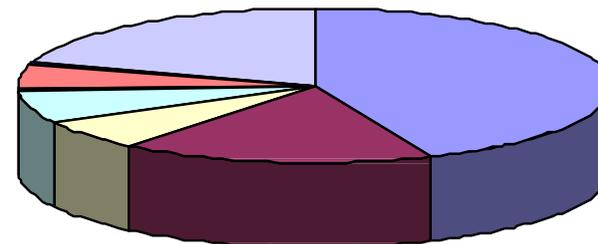
RESOLUÇÕES

ASSUNTO	PROCESSO	%
Adm. Interno	7	1
Admissão Pessoal / Diligência	29	3
Aposentadoria / Diligência	21	2
Consultas / Gerais	10	1
Denúncias / Gerais	0	2
Obrigações Comuns	17	2
Pensão / Diligência	20	0
Prestações de Contas	953	87
Recursos	5	0
Reforma	0	0
Tomada de Contas	20	2
TOTAL	1.082	100

DECISÕES PROFERIDAS EM PROCESSOS DE PRESTAÇÃO OU TOMADA DE CONTAS

DECISÃO	PRESTAÇÃO CONTAS	TOMADA CONTAS	OBRIGAÇÕES COMUNS	TOTAL	%
Regular	764	31	81	876	43
Regular c/ Multa	210	125	11	346	17
Regular c/ Ressalva	62	12	47	121	6
Regular c/ Ressalva e Multa	62	46	30	138	7
Irregular	07	04	0	11	1
Irregular c/ Multa	56	30	12	98	5
Irregular c/ Devolução	07	10	02	19	1
Irregular c/ Devolução e Multa	151	199	49	263	20
TOTAL	1.319	457	232	2.008	100

DECISÕES PROFERIDAS



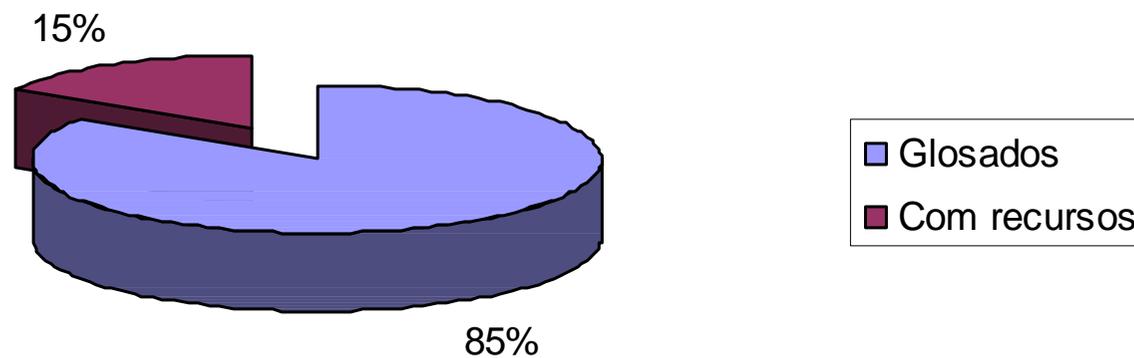
■ Regular	■ Regular c/multa
■ Regular c/ressalva	■ Regular c/ressalva e multa
■ Irregular	■ Irregular c/multa
■ Irregular c/devolução	■ Irregular c/devolução e multa

VALORES GLOSADOS

SITUAÇÃO	VALOR (R\$)	%
Valor Glosado	38.856.620,31	85
Recurso (Exigibilidade suspensa)	7.115.631,17	15
VALOR EXIGÍVEL	45.972.251,48	100

Nota: Valores Correntes.

VALORES GLOSADOS

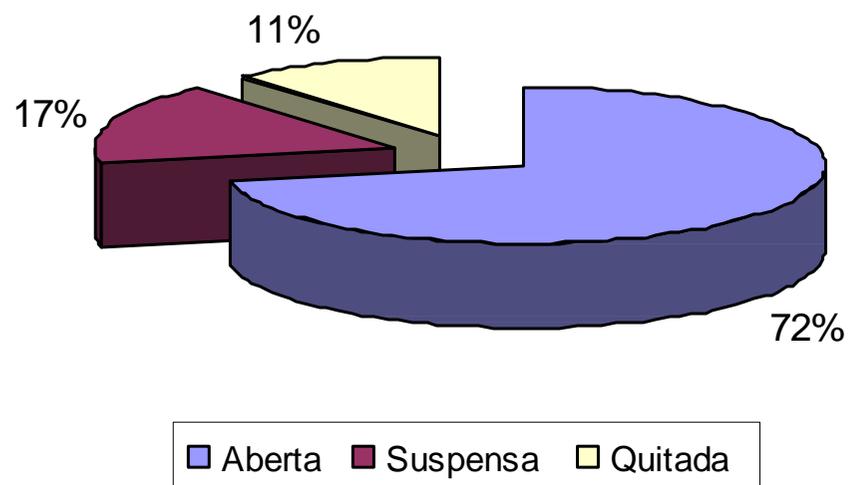


MULTAS APLICADAS

SITUAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Aberta	1.118	2.409.373,37
Recurso (Exigibilidade suspensa)	188	570.898,30
Quitada	456	382.861,00
VALOR EXIGÍVEL	1.762	3.363.132,67

Nota: Valores Correntes.

MULTAS APLICADAS

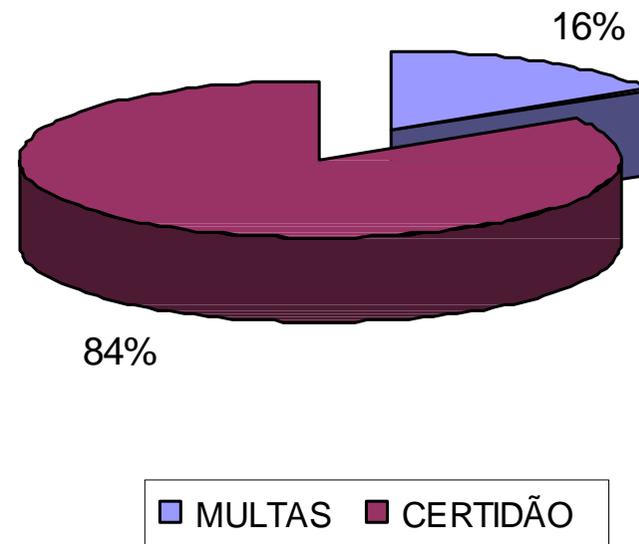


FUNDO REAPARELHAMENTO DO TCE

ORIGEM	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Multa	880	496.822,91
Certidão	4.507	194.210,42
TOTAL	5.387	691.033,33

Nota: Valores Correntes.

FUNDO REAPARELHAMENTO DO TCE



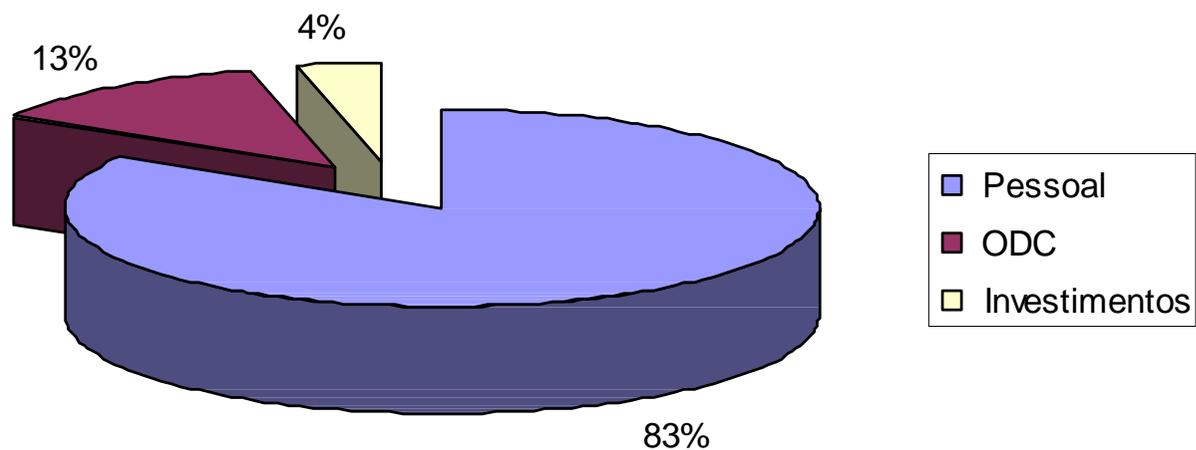
GESTÃO FINANCEIRA

QUADRO DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSOS FEVEREIRO DE 2013 A JANEIRO DE 2015

GRUPO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS			TOTAL
	TESOURO	FUNTCE	PROMOEX	
Pessoal	274.481.903,34	-	-	274.481.903,34
Outras Despesas Correntes	40.075.843,86	1.538.703,26	17.119,40	41.631.666,52
Investimentos	11.583.614,66	246.700,00	-	11.830.314,66
TOTAL	326.141.361,86	1.785.403,26	17.119,40	327.943.884,52

FONTE: SIAFEM/2011 - Consultorc, data da emissão: 21/01/13; hora da emissão: 10h e 39m

EXECUÇÃO DA DESPESA POR GRUPO



CONTROLE INTERNO

Buscando assegurar que a execução dos atos da administração se desse sempre com observância aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública esta gestão sempre exigiu um Controle Interno forte e atuante. Neste sentido, a Coordenadoria de Controle Interno esteve sempre presente em todos os atos e procedimentos desta administração e dentre as atividades desenvolvidas destacamos:

- Organização e execução de acompanhamento contábil, financeiro, operacional e patrimonial nas unidades administrativas do TCE;
- Análise mensal da prestação de contas do TCE, FUNTCE e PROMOEX, com emissão de relatório conclusivo;
- Acompanhamento das informações constantes nos Relatórios de Gestão Fiscal e Resumido da Execução Orçamentária conforme determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Manifestações técnicas nas áreas jurídicas e contábeis;
- Participação em trabalhos designados pela Presidência, tais como: Elaboração de Plano de Cargos e Remuneração e reforma do Regimento Interno;
- Emissão de Notas Técnicas recomendando a adoção de procedimentos para aperfeiçoamento da gestão;
- Acompanhamento da Implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público a partir de 2013 e dos Procedimentos Contábeis Permanentes e Específicos do Manual de contabilidade Aplicada ao Setor Público a partir de 2012;
- Acompanhamento do cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinada com o MPE.

Presidente: **Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Junior**

Vice-Presidente: **Conselheiro Luis da Cunha Teixeira**

Corregedor: **Conselheiro André Teixeira Dias**

Conselheiros: **Nelson Luiz Teixeira Chaves** (*Coordenador de Sistematização e Consolidação de Jurisprudência*)
Maria de Lourdes Lima de Oliveira (*Coordenadora de Tecnologia da Informação*)
Ivan Barbosa da Cunha (*Coordenador de Assistência Social*)
Odilon Inácio Teixeira (*Ouvidor*)

Auditores: **Julival Silva Rocha**
Patrícia Sarmiento dos Santos
Milene Dias da Cunha

Coordenação Editorial: **Alberto Vieira de Souza Junior**
Vera Maria de Guapindaia Braga
Karla Lessa Bengtson
Karla Cebolão

Projeto Gráfico e Capa: **Clewerson Castelo Branco de Queiroz**

Impressão:

Tiragem:

Fotos: **Rodrigo Ferreira Lima**
Leandro Mendes Vieira
Carlos Borges

